



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ATA N.º 24

MANDATO 2021/2025

Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Valongo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 – Pedido de renúncia ao mandato apresentado pelo Membro Jorge Manuel Mendes Silva, eleito pelo Partido CHEGA – Apreciação e decisão de acordo com o previsto no n.º 7, do art.º 76.º, da Lei n.º 169/99, de 12 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro; -----
- 2 - Intervenção do público; -----
- 3 - Período antes da ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA -----

- 1 – Aprovação das atas n.º 19 de 27.04.2023, n.º 20 de 30.06.203, n.º 21 de 07.07.2023, n.º 22 de 31.07.2023 e n.º 23 de 28.09.2023. -----

- 2 – Eleição de representante para a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Valongo; -----

- 3 – Eleição de representante para integrar o Conselho Municipal de Segurança Rodoviária; -----

2 – DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: -----

- 2.1 - Proposta de designação do Provedor do Município do concelho de Valongo; -----

- 2.2 - Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024, Mapa de Pessoal para 2024; -----

- 2.3 - Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), referentes a 2024, a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos – Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro. -----

- 2.4 - Proposta de alteração aos Estatutos da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto – STCP, EIM, S.A.; --

- 2.5 - Programa Cidades Amigas das Crianças da UNICEF - Aprovação da Estratégia Local para os Direitos da Criança 2024-2027 e do Plano Anual de Ação Local 2024; -----

- 2.6 - Abertura de procedimento concursal para provimento de Cargo dirigente intermédio de 1.º grau e submissão à aprovação da Assembleia Municipal a constituição do Júri do procedimento; -----

- 2.7 - Abertura de procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes intermédio de 2.º e 3.º grau e submissão à aprovação da Assembleia Municipal a constituição do Júri do procedimento. -----

- 3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara José Manuel Ribeiro, os/as senhores/as vereadores/as Ana Maria Martins Rodrigues, Maria Manuela Moreira da Rocha, Orlando Gaspar Rodrigues, Verónica Maria da Silva Loureiro, Maria Manuela da Silva Moreira Duarte e Paulo Jorge Esteves Ferreira. -----

Verificou-se a substituição, ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal Catarina Maria Moreira das Neves Lobo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Daniel Filipe Alves Felgueiras, Daniel Filipe Dias Feliz, Fernando Jorge das Neves Ferreira, Maria da Trindade Morgado do Vale, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa, Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio e Vítor Fernando Parati Matos Ribeiro tendo substituídos, respetivamente, por Daniel Filipe Pinto Moreira, André Diogo Pereira Teixeira, Pedro Miguel Fernandes Teixeira, Ana Margarida Ferreira Leal, Ana Isabel Loureiro Pereira, Joana Catarina Martins Machado, Patrícia Maria Marques Maia e Elsa Sofia Dias Silva. -----
Verificou-se a falta do Membro Daniel Filipe Pinto Moreira devido a um acidente. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu início à reunião. -----

A Primeira Secretária da Assembleia, **Cátia Sofia Andrade Gonçalves Lima**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à apreciação o ponto 1 – Pedido de renúncia ao mandato apresentado pelo Membro Jorge Manuel Mendes Silva, eleito pelo Partido CHEGA – Apreciação e decisão de acordo com o previsto no n.º 7, do art.º 76.º, da Lei n.º 169/99, de 12 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, não se verificaram intervenções. -----
De seguida deu posse à Membro Maria do Carmo Gomes Ribeiro Lopes, eleita pelo Partido CHEGA. -----
Concedeu, de seguida, a palavra ao público. -----

A Múncipe, **Ester Ramalho**, disse que as pessoas estacionam em frente à rampa de acesso à sua habitação, ficando, muitas vezes, impedida de sair de casa, situação já reportada à Câmara. -----
De seguida disse que é necessário que seja feita a limpeza do rio, pois quando chove muito a água entra na sua casa pela porta das traseiras, devido à falta de limpeza. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Ribeiro**, disse no concelho existem dois rios o Leça e o Ferreira, que já existiam antes da construção de casas junto aos mesmos, verificando situações de cheias, entretanto iria solicitar aos serviços para ser feita uma avaliação relativamente à limpeza do rio. -----
Quanto à questão do estacionamento vai solicitar aos serviços para lá passarem e avaliar a situação, embora considera tratar-se de uma falta de civismo o estacionamento em frente às rampas. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, concedeu a palavra aos Membros que pretendessem intervir. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Hugo Jorge da Rocha Padilha**, disse que têm recebido queixas sobre o mau serviço que está a ser prestado pela UNIR, que começou no início de dezembro, relativamente a supressões, atrasos, ao desconhecimento dos trajetos por parte dos motoristas, causando com que as pessoas cheguem tarde ao trabalho, bem como as crianças cheguem atrasadas à escola. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Pelo que tem conhecimento trata-se de um problema que não é exclusivo de Valongo, mas que abrange toda a Área Metropolitana. -----

Assim, solicitava esclarecimento sobre a situação, e o que tem feito o executivo para resolver o problema. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rui Alexandre Sévola Abreu**, disse que o Grupo Municipal do PPD/PSD, também, tem recebido queixas relativamente aos atrasos e supressões nos transportes da UNIR. ---

A nova estratégia de mobilidade da Área Metropolitana do Porto, operada pela UNIR, teve um arranque da operação incapaz de cumprir a sua missão deixando milhares de cidadãos sem um serviço de transporte viável e pontual, marcada por atrasos, supressões e outras falhas graves do serviço que está a prejudicar a mobilidade diária dos cidadãos, comprometendo a sua qualidade de vida. -----

Assim, lamenta que a Câmara Municipal de Valongo não tenha pressionado o suficiente a Área Metropolitana do Porto para resolver aquilo que falta de planeamento minucioso que antecedeu a implementação do novo serviço, no estudo das linhas existentes e nas novas linhas a implementar. -----

Dessa forma, questionam quais as diligências que a Câmara Municipal de Valongo tem efetuado e que presente efetuar para que o operador cumpra rigorosamente as obrigações estabelecidas no contrato. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Joana Catarina Martins Machado**, disse que sendo a educação um dos pilares de qualquer sociedade que se queira justa e democrática, sendo fundamental proporcionar as melhores condições a todos os envolvidos, nomeadamente os professores, alunos e funcionários, como terem instalações de qualidade e cuidadas. -----

Tiveram conhecimento de uma série de problemas que se tem verificado nas escolas do concelho, como a Escola Básica do Montes da Costa, a Escola Básica Mirante de Sonhos, a Escola Básica da Azenha, a Escola Básica do Outeiro e a Escola Básica da Retorta, que segundo informações dos encarregados de educação em algumas delas chove na cantina e nas salas de aula, havendo casos em que caiu o telhado. -----

Assim solicitam informação sobre as ações que estão em curso, ou previstas, de modo a resolver os problemas nas diversas escolas do concelho. -----

De seguida apresentou a seguinte Tomada de Posição: -----

Tomada de Posição – Rede Metropolitana de Transporte Rodoviário -----

Após anos de preparação desta rede de transporte rodoviário (UNIR), se ninguém duvidava que o serviço teria alguns problemas na fase inicial, a realidade supera e muito as piores expectativas: carreiras suprimidas, percursos alterados, horários modificados ou suprimidos, ausência de informação, tempos de espera que chegam às 2horas, utentes forçados a recorrer ao serviço de táxi ou outro transporte pessoal, motoristas com jornadas de trabalho de 12horas e sem formação adequada ao serviço. -----

Os preços dos bilhetes do autocarro, no concelho de Valongo, tiveram aumentos desproporcionados, prejudicando os utentes e os reformados. Em alguns casos dobraram os preços. Há viagens no interior do concelho que custavam 1,30€ e agora custam 2,20€. Um reformado a fazer a mesma viagem pagava 0,65€ e agora paga 2,20€. A situação comprova uma inegável incompetência cuja responsabilidade é das câmaras municipais e da Área Metropolitana do Porto, que está a infernizar a vida dos utentes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A situação comprova também que os presidentes de câmara mentiram aos utentes quando anunciaram uma solução que reforçaria a mobilidade com mais carreiras, mais horários e percursos alargados. -----

A situação comprova ainda que foi errada a opção por ocorrer a operadores privados em vez de trabalhar no alargamento progressivo da STCP aos restantes concelhos da Área Metropolitana, como o PCP sempre defendeu. Mais do que constatar o resultado da incompetência de quem gere os transportes nas câmaras e na Área Metropolitana do Porto, o que se impõe com urgência é assegurar toda a informação aos utentes e repor carreiras, percursos e horários que têm sido suprimidos ou incumpridos desde o início desta nova operação. -----

Seguidamente apresentou a seguinte Moção: -----

Moção – Pelo cessar-fogo em Gaza, solidariedade com o povo da Palestina -----

A situação na Palestina agravou-se de forma brutal desde o dia 7 de outubro de 2023, com a resposta ilegal, desproporcionada e criminosa, sobre populações civis, por parte do governo de Israel, depois do ataque do Hamas. -----

Desde então, Israel, uma potência ocupante e colonial, que impõe um sistema Apartheid nos territórios que controla e que entre janeiro e 7 de outubro 2023 tinha assassinado 236 palestinianos, iniciou uma campanha de genocídio em Gaza, que fez perto de 20.000 mortes civis, em que cerca de metade são crianças, ficando por saber quantos estarão por baixo dos escombros. Foram atacadas instalações da ONU, entre hospitais, escolas e ambulâncias, que resultaram no assassinato de mais de 100 trabalhadores humanitários. Igualmente, foram assassinados cerca de 70 jornalistas. De acordo com ONU, para garantir a subsistência mínima das populações, é necessário que entrem em Gaza, diariamente, cerca de 100 camiões com ajuda humanitária, que não está a acontecer, numa lógica de punição coletiva. Gaza funciona como uma prisão a céu aberto, sujeita a um cerco que se iniciou em 2007, controlada por Israel. -----

O corte liberado de abastecimentos de água e eletricidade nos territórios palestinianos colapsaram os poucos hospitais que ainda resistem em Gaza, constituindo crimes de guerra e contra a humanidade, tendo em vista a aniquilação do povo palestiniano, conforme tem sido afirmado por vários membros do governo israelita, caracterizando-o como animais humanos. Simultaneamente, Israel iniciou um processo de distribuição de armas aos colonos nos territórios ocupados na Cisjordânia, resultando no assassinato de cerca de 300 palestinianos, tendo anunciado criação de 2.000 novos colonatos. O projeto colonialista de Israel tem nas suas prisões cerca de 2.000 menores sem acusação formada, crianças presas por atirarem pedras aos tanques dos colonizadores, cimenta os poços de água propriedade dos palestinianos, incendeia oliveiras, ocupa casas. Como disse o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, os ataques do dia 7 de outubro não aconteceram no vácuo. -----

Perante este cenário, a assembleia municipal de Valongo, reunida a 19 de dezembro de 2023, delibera: -----

- Apelar à libertação dos presos políticos palestinianas em Israel e dos reféns israelitas; -----
- Apelar ao cumprimento dos pressupostos da Resolução da Assembleia Geral Extraordinária de Emergência das Nações Unidas, reunida a 12 de dezembro de 2023; -----
- Manifestar o seu pesar pelas vítimas da atual escalada de violência na Palestina e em Israel, assim como pelas dezenas de milhares vítimas palestinianas, sírias, libanesas, egípcias, jordanas e israelitas, em resultado dos 75 anos de renegação dos direitos do povo palestiniano e de violações do direito internacional por parte de Israel; --



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

- Afirmar a necessidade de uma solução política que garanta a concretização do direito do povo palestino a um Estado soberano e independente, com as fronteiras de 1967 e capital em Jerusalém Oriental, e a efetivação do direito ao retorno dos refugiados, conforme as resoluções pertinentes da ONU. -----

Aprovada esta Moção, deverá ser enviada à Assembleia da República, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e à Embaixada de Israel. -----

De seguida apresentou a seguinte Saudação: -----

Saudação – À luta dos trabalhadores do Jornal de Notícias, TSF e O Jogo -----

No quadro da constituição da República Portuguesa, é garantido o pluralismo de expressão (artigo 2.º), bem como no previsto nos artigos 37.º (liberdade de imprensa e informação) e 38.º (liberdade de imprensa e meios de comunicação social). -----

A existência de um jornalismo independente do poder político e dos interesses económicos é uma garantia essencial da nossa Democracia, sendo de valorizar as realidades locais e regionais é também condição necessária para existência de uma sociedade mais plural. -----

O Jornal de Notícias, fundado em junho de 1888, enquanto órgão de comunicação social não sediado na capital, fora do centro do poder, é património de todos nós, e a última voz do Distrito, da Área Metropolitana e do Norte do país, depois dos encerramentos d'O Comércio do Porto e do Primeiro de Janeiro. -----

A luta dos jornalistas, serviço do JN e a sua greve de dois dias em defesa dos seus postos de trabalho e do futuro do “Jornal de Notícias” na sequência da denúncia de que a administração Globo Media Group tenciona desencadear um despedimento coletivo de trabalhadores ao serviço JN, TSF e de O Jogo, é defesa deste património único e insubstituível. -----

Expressando toda a solidariedade à luta em curso no JN, importa salientar a importância da missão dos seus profissionais e do jornal, em particular no concelho de Valongo, na região e no país, na auscultação dos anseios das populações locais e na difusão de informação indispensável à plena cidadania, papel este que redobra a justeza do combate pela preservação dos postos de trabalho e do JN. -----

A luta dos trabalhadores do JN é assim, também, a luta pela defesa da nossa Democracia. -----

A Assembleia Municipal de Valongo reunida em Sessão Ordinária a 19 de dezembro de 2023, saúde a luta dos trabalhadores do Jornal de Notícias, TSF e d'O Jogo, devendo a Saudação ser enviada ao sindicato dos Jornalistas ao Concelho de redação dos diferentes órgãos e respetivas Comissões Sindicais. -----

Apresentou, de seguida, a seguinte Saudação: -----

Saudação – Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres -----

Celebrou-se, no passado dia 25 de novembro, o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, instituído pela ONU em 1999. -----

As mulheres continuam a ser as principais vítimas de discriminação, assédio laboral e sexual, violência física, sexual e assassinatos em contexto de violência doméstica e outros. Durante o ano 2022, de acordo com o Portal da Violência Doméstica, foram assassinas 24 mulheres. Até setembro de 2023, contam-se 14 vítimas. -----

A situação de maior vulnerabilidade das mulheres em contexto de violência está também relacionada com o incumprimento dos direitos laborais e com a agravada desigualdade salarial, sendo que as mulheres ganham em média menos 13,1% que os homens, de acordo com os mais recentes dados divulgados pelo Barómetro das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Diferenças Remuneratórias entre Mulheres e Homens. É incontornável sublinhar que o agravamento das desigualdades, o aumento do custo de vida e as condições de vida e trabalho indignas são os fatores que impulsionam os contextos de violência impossibilitam a saída dos mesmos. -----

No que concerne à proteção das vítimas de violência doméstica, é imperativo o reforço do investimento público e o cumprimento da legislação. De igual modo, é imperativa a criação de programas de saída para mulheres prostituídas e é também determinante - para uma plena igualdade de direitos – a exigência de políticas que permitam condições de vida e de trabalho dignas. Estas são condições essenciais para uma efetiva prevenção de situações de violência, para a saída de contextos violentos e para o exercício do direito a viver com liberdade, segurança, integridade e dignidade, tal como está constitucionalmente previsto. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida a 19 de dezembro de 2023, saúda todas as mulheres, manifesta solidariedade com as vítimas de qualquer forma de violência e assume o compromisso de concentrar esforços para a irradicação da mesma. -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse que na Assembleia Municipal realizada em 28 de novembro de 2022 o BE, indo ao encontro da vontade de vários munícipes residentes na zona da Palmilheira, em Ermesinde, apresentou uma Moção com vista à atribuição toponímica Mestre Manuel Carneiro, tendo sido sugerido que fosse atribuído à praça situado no jardim da Palmilheira, Moção que foi aprovada por uma larga maioria. -----

Enquanto vivo o Mestre Manuel Carneiro foi um dos principais embaixadores de Ermesinde pela força com que transformava as dificuldades em vitórias, vitórias pessoais e coletivas. -----

Assim, questionava quais as diligências efetuadas pelo executivo para dar cumprimento à Moção aprovada, bem como se podem indicar uma data para quando os familiares, amigos e comunidade da Palmilheira possam ver a praça Mestre Manuel Carneiro e nela possam manter viva a sua memória. -----

Uma outra questão prende-se com o contrato de transporte público de passageiros, em várias situações na Assembleia Municipal o BE propôs a criação de um transporte municipal que fizesse a ligação entre os vários serviços públicos dentro do concelho, e que ligasse as várias freguesias. Em resposta o senhor Presidente da Câmara disse que o contrato de transporte de passageiros estava para sair através da Área Metropolitana do Porto, e que iria resolver todos os problemas relacionados com o transporte de passageiros. -----

Quando as autarquias delegaram na AMP a preparação de todo o processo para o contrato público de transporte de passageiros, delegaram competências em quem não conhece o território e as necessidades das pessoas. ----

Em 2018 fez um levantamento na Área Metropolitana do Porto e verificou que existiam centenas de carreiras inscritas que embora estivessem em vigor no papel não eram realizadas. -----

A AMP pegou nos seis lotes, teve de deixar alguma coisa para trás e o que deixou para trás foi o que mais necessidade fazia às pessoas que era a informação. Quem viaja em transportes públicos mais facilmente tolera um atraso ou uma supressão se antecipadamente tiver conhecimento. -----

Aquilo que privilegia os transportes públicos é a garantia de que àquela hora e naquele local o transporte passa e as pessoas adaptam-se em função dos transportes existentes, quando não têm conhecimento é completamente impossível as pessoas planearem as suas vidas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Assim, pretendia saber se o Município de Valongo, à semelhança de outros municípios, está a preparar corredores municipais que sirvam os serviços públicos como centros de saúde, bancos, farmácias, hospital, juntas de freguesia e Câmara Municipal. -----

De seguida apresentou a seguinte Moção: -----

Moção – Solidariedade com os trabalhadores do Jornal de Notícias (JN) -----

Fundado na cidade do Porto em 1888, o Jornal de Notícias – JN - é único jornal diário publicado no Porto e a dar notícias, como nenhum outro, sobre o que acontece em muitas localidades da região norte do país. -----

Nos dias 6 e 7 de dezembro, pela primeira vez em 135 anos de existência, o JN não foi publicado. Os jornalistas e outros trabalhadores fizeram greve contra o despedimento de quase metade do pessoal anunciado pelo grupo económico Global Media, atual dono do JN e doutros órgãos da comunicação social como o Diário de Notícias ou O Jogo e a rádio TSF. -----

A luta dos jornalistas e trabalhadores do JN é pelos seus salários e direitos laborais, mas também pela manutenção do JN como jornal mais lido na região norte e noutros territórios do país. A grande tiragem do JN resulta da qualidade e empenhamento dos seus profissionais a par da grande proximidade com os seus leitores. Pelas páginas do JN passaram factos relevantes ocorridos na cidade do Porto, como 31 de janeiro 1891 ou a greve dos tecelões de 1903, mas também os acontecimentos tão marcantes para o país como a implantação de República em 1910 ou o 25 de abril 1974, data a partir da qual o JN passou a ser um dos jornais de maior expansão no país. -----

“Sem jornalistas não há democracia” alertam muito acertadamente os trabalhadores do JN. Pela sua importância como único órgão de imprensa com sede no Porto, o JN tem de continuar a dar-nos notícias todos os dias. “Somos todos JN”. -----

A Assembleia Municipal de Valongo reunida em sessão ordinária em 19 de dezembro de 2023, delibera: -----

- Expressar solidariedade com os jornalistas e trabalhadores do JN e reclamar dos órgãos de poder a adoção e medidas contra os anunciados despedimentos e que assegurem a continuidade da sua redação e edição a partir do Porto. -----

Apresentou de seguida a seguinte Moção: -----

Moção – 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos -----

Foi no dia 10 de dezembro de 1948 que foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Elaborada a partir de 1946, na sequência da devastação brutal da 2.ª guerra mundial desencadeada pelo nazi-fascismo, a DUDH é constituída por 30 artigos que exprimem os direitos fundamentais para uma sociedade democrática: -----

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos ...” é o conteúdo do artigo 1.º. O artigo 5.º proclama que “Ninguém será submetido a tortura nem a punição ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes”. O artigo 9.º declara que “Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado”. No artigo 14.º é estipulado que “Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países”. Todo o individuo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, dispõe o artigo 19.º. O direito ao trabalho e a uma remuneração equitativa e satisfatória que permite uma existência conforme a dignidade humana, o direito sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual, bem como o direito a se filiar em sindicatos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

para defesa dos seus interesses, estão previstos no artigo 23.º. “Toda a pessoa tem direito à educação”, que deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental, prescreve o artigo 26.º. -----

O aumento da fome e da pobreza, as desigualdades sociais e o discurso de ódio da extrema-direita afrontam os direitos económicos e sociais de centenas de milhões de pessoas. Para além dos riscos que afetam a humanidade como as alterações climáticas, a perda da biodiversidade e a poluição causada por um modelo económico baseado na utilização de combustíveis fósseis, as Nações Unidas têm destacado que o racismo e a discriminação, a violência sobre as mulheres, o tráfico de pessoas, o trabalho infantil, o casamento forçado, as terríveis atrocidades cometidas nas guerras em curso, a crueldade de tantos governantes perante o sofrimento dos que tentam atravessar o Mediterrâneo para escaparem às perseguições e à miséria nos seus países ou a falta de habitação adequada, segura e a preço acessível para milhões de pessoas são algumas das situações intoleráveis que refletem a violação da Declaração Universal dos Direitos Humanos por parte de inúmeros países. -----

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária em 19 de dezembro de 2023, delibera: -----

- Saudar o 75.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e incitar todos os órgãos de governo nacional e local a assumirem o compromisso de integral respeito dos Direitos Humanos, sejam civis, culturais, económicos, políticos ou sociais. -----

O Membro do Grupo Municipal Nós Cidadãos, **João Carlos Santos Castro Paupério**, apresentou o seguinte Voto de Louvor a Título Póstumo: -----

Voto de Louvor a Título Póstumo – José Alberto Puig dos Santos Costa -----

O Grupo Nós Cidadãos, vem com este propor a esta Assembleia Municipal a atribuição de Voto de Louvor, a título póstumo do cidadão nascido e criado em Ermesinde, Dr. José Alberto Puig dos Santos Costa. -----

Infelizmente o Dr. José Alberto Puig dos Santos Costa, faleceu no dia 26 de março de 2021 vítima de Covid19, depois de um prolongado período de internamento hospitalar. -----

José Alberto Puig dos Santos Costa, advogado, licenciado em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, condecorado com a Ordem de S. Silvestre, condecoração reservada a quem se notabiliza no exercício da sua profissão. -----

Ainda no exercício das funções de advogado, recebeu por parte da Associação Cívica, Transparência e Integridade, o título membro honorário pelo trabalho desenvolvido na defesa da liberdade de expressão junto da justiça portuguesa. -----

Este reconhecimento do seu trabalho na litigância de processos de difamação em defesa da liberdade de expressão e pelo seu contributo para a formação de jurisprudência favorável é uma interpretação ampla das liberdades individuais de cidadãos e do seu direito à crítica dos poderes públicos de instituições democráticas. --

Cidadão comprometido na defesa de causas justas, com uma vasta e rica atividade cívico-política, destacando-se os seguintes cargos e funções: -----

- Deputado na Assembleia da República de 1981 a 1985 e de 1987 a 1995, onde sempre pugnou pelos interesses do concelho de Valongo e suas gentes e esteve envolvido em variadíssimos processos legislativos na área dos direitos fundamentais; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

- José Puig na sua vida parlamentar, empenhou-se em questões como “os direitos dos imigrantes, as questões de objeção de consciência, o apoio social a cidadãos carenciados, o funcionamento dos serviços de informações e a legislação eleitoral; -----
- Foi igualmente o primeiro subscritor dos projetos de lei de elevação da vila de Ermesinde a cidade e da povoação de S. Vicente de Alfena à categoria de vila, ambas no concelho de Valongo, onde residia; -----
- Foi Presidente dos órgãos concelhios de Valongo da JSD e do PSD; -----
- Membro da Assembleia da Freguesia de Ermesinde de 1981 a 1985; -----
- Membro da Assembleia Municipal de Valongo de 1989 a 1993, tendo sido Presidente deste órgão entre 1994 e 1997; -----
- Membro da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valongo desde 2003; -----
- Presidente da Assembleia Geral do Ermesinde Sport Clube nos 2008 a 2010; -----
- Integrou a redação da “Voz de Ermesinde” desde o início 2016; -----
- Membro Rotary Club de Ermesinde desde 1999, onde exerceu diversos cargos e funções entre as quais a de Presidente; -----

Foi Presidente do Rotary Club de Ermesinde no ano 2010/2011 e era Governador Indicado para o Distrito 1970 do Rotary Internacional. Seria Governador no ano 2022/2023. -----

Por tudo isto e porque nunca é tarde para lembrar a pessoa e o cidadão, o Dr. José Puig deixo à vossa consideração o Voto de Louvor. -----

Disse de seguida que relativamente ao transporte público de passageiros UNIR teve conhecimento de que a Câmara já encetou algumas diligências com a empresa, considerando que são os alunos os mais prejudicados, porque os adultos podem ir de carro ou ir de Uber de forma a chegarem a horas ao trabalho. -----

Na semana passada, em Sobrado, junto ao largo do Passal um motorista perguntou onde era as Póvoas, tendo-lhe sido dito que as Póvoas era em Campo e não em Sobrado, ou seja andava perdido. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Pedro Miguel Fernandes Teixeira**, questionou qual o ponto de situação relativamente à desagregação das freguesias de Campo e Sobrado, sendo que o PSD é a favor da desagregação. -----

Tomaram conhecimento de que existem muitas matilhas de cães abandonados que estão a causar transtornos à população, a Câmara tem feito algumas intervenções como a castração, ampliação do canil, mas provavelmente não chega, gostaria de saber se a Câmara tem alguma coisa em vista para combater esta lacuna. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Ribeiro**, disse que em relação às matilhas a Câmara tem feito um trabalho positivo, pelo menos do ponto de vista do Centro de Recolha Animal que foi ampliado, bem como do ponto de vista de apoio às pessoas carenciadas. -----

O problema das matilhas existe, no concelho de Valongo como em outros concelhos similares, e vai continuar a existir, a área urbana de Valongo está colada a uma área florestal, as matilhas formam-se e conseguem fugir à área urbana, quando têm fome e procuram comida voltam à área urbana. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Existem muitas pessoas que decidem ter um animal de estimação, que é muito bonito numa primeira fase, mas depois vêm as férias, os problemas económicos e tentam se livrar dos animais, a adoção de um animal deve ser feita com responsabilidade, pois muitos animais são abandonados porque as pessoas deixam de ter interesse no mesmo. -----

Sobre a desagregação as freguesias de Campo e Sobrado, com a qual concorda, todos concordam, não tem informação, foram dos primeiros a enviar o processo para a Assembleia da República, a dissolução do Parlamento pode implicar um adiamento em todo o processo. -----

Relativamente à rede de transportes públicos UNIR, a Área Metropolitana é composta por 17 municípios e não podem impor a sua vontade, têm de chegar a consensos, embora tivesse votado favoravelmente deixou por escrito que tinha dúvidas em relação ao modelo em que têm de pagar, era a favor de outro modelo em que o risco deveria ser da empresa. -----

Quanto à questão do Mestre Manuel Carneiro, não caiu no esquecimento, está a ser tratado, bem como outras situações como o Presidente da Câmara João Moreira Dias, o Sargento Benido que morreu na República Centro Africana, o Presidente de Junta de Freguesia António Marques Oliveira. -----

Sobre as escolas, houve um temporal e entrou água em algumas escolas, situação que já foi resolvida. -----

O Vereador, **Paulo Esteves Ferreira**, disse que o projeto UNIR começou em 2019 que foi proposto como sendo um projeto metropolitano para melhorar o serviço de transporte público de passageiros, uniformizando aquilo que era a oferta feita por vários operadores tendo cada um deles uma qualidade e serviço diferente. -----

Portanto, pretendia-se que houvesse só um operador que proporcionasse o mesmo tipo de serviço para todos os utentes com autocarros mais modernos, mais confortáveis, mais inclusivos, nessa altura foi pedido aos municípios que fizessem um diagnóstico daquilo que era a rede e as reais necessidades de cada concelho, e foi isso que foi feito. -----

Fizeram o diagnóstico, identificaram aquilo que era o serviço à data, tendo em conta as várias reclamações e pedidos obtidos pela população corrigiram algumas lacunas que existiam no concelho de Valongo, como, por exemplo, não haver serviço nos Lagueirões, na Boavista, Escola Secundária de Alfena, Centro de Saúde de Campo, em algumas zonas de Ermesinde, além disso acrescentaram o número de paragens e frequências. -----

Entretanto o concurso foi lançado em 2020, deveria estar a funcionar em 2021, houve quem reclamasse, foi para Tribunal, e no dia 1 de dezembro do presente ano decidiram que a operação iria começar. -----

Dado ter sido uma situação muito repentina houve uma reunião com o operador para terem a certeza de que à meia-noite do dia 30 de novembro terminava uma operação e iniciava outra operação nova, tendo-lhes sido transmitido que estava tudo preparado, mas que contavam que houvesse alguns problemas, não seria perfeito nos primeiros dias, mas estava tudo acautelado, dado a sua dimensão. Com a operação em curso a realidade foi outra, diariamente têm sido reportados muitos problemas, foi disponibilizado um e-mail e número de telefone. -----

Estão a fazer um dossier com a identificação dos pontos comuns das reclamações e insatisfações, onde estão a listar os problemas dos utilizadores e as soluções. -----

Quanto às escolas estão a reunir com as direções, nomeadamente com a Escola Profissional de Sobrado de forma a ajustar os horários para assegurar que os alunos cheguem a tempo às aulas, que não está a acontecer.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Tiveram reuniões com os presidentes de junta, o operador e a AMP, entidade que gere o contrato, têm enviado e-mails, sugerido algumas soluções, estão previstas avançar duas novas linhas, que ainda não avançaram, e disseram para pegar nesses autocarros e reforçarem as linhas que não estão a funcionar devidamente, principalmente Sobrado que está 100% dependente desta operação. -----

As explicações que foram dadas para os problemas é de que 32 motoristas estão de baixa, foram contratados novos motoristas em número insuficiente, há motoristas que não conhecem o território, não sabiam as rotas, situações que a empresa deveria ter acautelado atempadamente. -----

Disse de seguida que a operação deveria ter começado no verão, em período de férias, mas foi-lhes transmitido que não era possível, legalmente, prorrogar as licenças dos operadores que estavam a operar no concelho de Valongo, tinham de arrancar no máximo dia 3 de dezembro. -----

O Vereador, **Orlando Rodrigues**, disse que relativamente às escolas tiveram problemas na Escola Montes da Costa e Escola Mirante de Sonhos, as duas em Ermesinde, que se deveu ao temporal que tiveram quase três semanas, uma precipitação muito forte e elevada, mal o tempo melhorou a situação foi de imediato resolvida. ---

O Membro do Grupo Municipal Nós Cidadãos, **João Carlos Santos Castro Paupério**, solicitou à Mesa que o Voto de Louvor ao Dr. José Puig fosse votado no período Antes da Ordem do Dia, dado estarem presentes familiares e amigos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à consideração da Assembleia a discussão e votação do Voto de Louvor, o que foi aceite. -----

De seguida colocou à discussão o seguinte Voto de Louvor apresentado pelo Grupo Municipal Nós Cidadãos. ---

Voto de Louvor a Título Póstumo – José Alberto Puig dos Santos Costa -----

O Grupo Nós Cidadãos, vem com este propor a esta Assembleia Municipal a atribuição de Voto de Louvor, a título póstumo, do cidadão nascido e criado em Ermesinde, Dr. José Alberto Puig dos Santos Costa. -----

Infelizmente o Dr. José Alberto Puig dos Santos Costa, faleceu no dia 26 de março de 2021 vítima de Covid19, depois de um prolongado período de internamento hospitalar. -----

José Alberto Puig dos Santos Costa, advogado, licenciado em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, condecorado com a Ordem de S. Silvestre, condecoração reservada a quem se notabiliza no exercício da sua profissão. -----

Ainda no exercício das funções de advogado, recebeu por parte da Associação Cívica, Transparência e Integridade, o título membro honorário pelo trabalho desenvolvido na defesa da liberdade de expressão junto da justiça portuguesa. -----

Este reconhecimento do seu trabalho na litigância de processos de difamação em defesa da liberdade de expressão e pelo seu contributo para a formação de jurisprudência favorável é uma interpretação ampla das liberdades individuais de cidadãos e do seu direito à crítica dos poderes públicos de instituições democráticas. --

Cidadão comprometido na defesa de causas justas, com uma vasta e rica atividade cívico-política, destacando-se os seguintes cargos e funções: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

- Deputado na Assembleia da República de 1981 a 1985 e de 1987 a 1995, onde sempre pugnou pelos interesses do concelho de Valongo e suas gentes e esteve envolvido em variadíssimos processos legislativos na área dos direitos fundamentais; -----

- José Puig na sua vida parlamentar, empenhou-se em questões como “os direitos dos imigrantes, as questões de objeção de consciência, o apoio social a cidadãos carenciados, o funcionamento dos serviços de informações e a legislação eleitoral; -----

- Foi igualmente o primeiro subscritor dos projetos de lei de elevação da vila de Ermesinde a cidade e da povoação de S. Vicente de Alfena à categoria de vila, ambas no concelho de Valongo, onde residia; -----

- Foi Presidente dos órgãos concelhios de Valongo da JSD e do PSD; -----

- Membro da Assembleia da Freguesia de Ermesinde de 1981 a 1985; -----

- Membro da Assembleia Municipal de Valongo de 1989 a 1993, tendo sido Presidente deste órgão entre 1994 e 1997; -----

- Membro da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valongo desde 2003; -----

- Presidente da Assembleia Geral do Ermesinde Sport Clube nos 2008 a 2010; -----

- Integrou a redação da “Voz de Ermesinde” desde o início 2016; -----

- Membro Rotary Club de Ermesinde desde 1999, onde exerceu diversos cargos e funções entre as quais a de Presidente; -----

Foi Presidente do Rotary Club de Ermesinde no ano 2010/2011 e era Governador Indicado para o Distrito 1970 do Rotary Internacional. Seria Governador no ano 2022/2023. -----

Por tudo isto e porque nunca é tarde para lembrar a pessoa e o cidadão, o Dr. José Puig deixo à vossa consideração o Voto de Louvor. -----

Não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Seguidamente colocou à consideração da Assembleia a continuação no Período Antes da Ordem do Dia no Pós Ordem do Dia o que foi aceite por unanimidade. -----

Colocou de seguida à discussão 1 – Aprovação das atas n.º 19 de 27.04.2023, n.º 20 de 30.06.203, n.º 21 de 07.07.2023, n.º 22 de 31.07.2023 e n.º 23 de 28.09.2023, não se tendo verificado intervenções colocou as atas à votação sendo aprovadas por unanimidade pelos presentes nas respetivas reuniões. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, de forma a agilizar as votações secretas relativamente aos pontos: 2 – Eleição de representante para a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Valongo; 3 – Eleição de representante para integrar o Conselho Municipal de Segurança Rodoviária; 2.1 - Proposta de designação do Provedor do Município do concelho de Valongo, colocou à consideração da Assembleia que se votasse em simultâneo dado cada eleição ter boletim de voto de cor diferente, tendo sido aceite por unanimidade. -----

Quanto ao ponto 2 – Eleição de representante para a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Valongo, a única proposta apresentada foi a de **Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre**. -----

Quanto ao ponto 3 – Eleição de representante para integrar o Conselho Municipal de Segurança Rodoviária, foi proposta o Presidente da Assembleia Municipal **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Quanto ao ponto 2.1 - Proposta de designação do Provedor do Município do concelho de Valongo, foi proposto pela Câmara Municipal **João Fernando da Costa Morgado**. -----

De seguida procedeu-se à votação por escrutínio secreto verificando-se a seguinte votação: -----

Ponto 2 – Eleição de representante para a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Valongo, foi **aprovado por maioria** designar o representante **Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre** com 27 votos a favor e 3 votos em branco. -----

Ponto 3 – Eleição de representante para integrar o Conselho Municipal de Segurança Rodoviária, foi **aprovado por maioria** designar o representante **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, com 28 votos a favor e 2 votos em branco.

Ponto 2.1 - Proposta de designação do Provedor do Município do concelho de Valongo, foi **aprovado por maioria** designar João Fernando da Costa Morgado, com 18 votos a favor, 4 votos contra e 8 votos em branco. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.2 - Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024, Mapa de Pessoal para 2024. -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Anabela Maria Freire de Sousa**, fez a seguinte intervenção: -----

Este é o décimo orçamento de um projeto que iniciou no final de 2013 e que por tal reflete a continuidade e o reforço na consecução dos objetivos estabelecidos nessa data. -----

Na altura, e de forma clara, foram assumidas as grandes prioridades para a governação, a saber: -----

- Ação Social, Educação e Desporto; -----
- Captação de investimento para criação de riqueza e emprego; -----
- Promoção ativa de toda a riqueza patrimonial e cultural do nosso concelho (a lousa, o biscoito, a regueifa, o pão, o brinquedo, as bugiadas, as serras e rios); -----
- Afirmação de Valongo como primeiro destino na área metropolitana para a prática de atividades desportivas e de lazer outdoor; -----
- Modernização e aposta na desmaterialização dos serviços Municipais; -----
- Aumento da qualidade de vida dos munícipes; -----

Volvidos 10 anos, e em sede de análise de novo orçamento, verificamos que o seu valor mais do que triplicou, situando-se agora bem perto dos 115 milhões de euros. -----

Constatamos também, que se na altura o serviço da dívida representava 13,6% do valor da receita corrente, em 2024 representará apenas 4,8%. -----

Estes dados são bem demonstrativos da recuperação financeira preconizada por esta governação do Partido Socialista. -----

O Orçamento em apreço caracteriza-se por uma forte componente das despesas de capital, ou seja, investimento. São 51.8 milhões de euros inscritos em PPI, em parte substancial relativa a projetos financiados pelo PRR. -----

Falamos e destacamos em concreto: -----

- Do 1º Direito – Programa de Acesso à Habitação, com vista à reabilitação, aquisição e construção de empreendimentos de habitação social, -----
- Do Acessibilidades 360º - Programa de Intervenções em Habitações e em Edifícios Públicos, cujo objetivo é a promoção da acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

- Da reabilitação do no antigo cinema de Ermesinde, com a construção da Oficinas das Artes -----
- Da Remodelação e requalificação das Unidades de Saúde e a construção de uma nova em Ermesinde. -

No que concerne à área da Ação Social, tem decorrido de forma regular e satisfatória o processo de transferência de competências iniciado em 2023, relativo aos acordos SAAS, protocolos de Inserção RSI, subsídios eventuais e acolhimento de emergência. -----

O Município de Valongo é um dos maiores investidores sociais do País, pelo que em 2024 continuará com projetos como o “ASA”, “ECCOS”, “Paredes que nos Unem”, “Casa do Xisto”, entre muitos outros. -----

A aposta na Educação sai reforçada, quer pela continuação da requalificação das Escolas do Concelho, com especial destaque para a Escola Secundária de Valongo e as Escolas do Carvalhal, da Bela, da Gandra e do Valado, quer pelo reforço das atividades que constam do Plano de Ação da Educação, como as Atividades de Apoio à Família, a Componente de Apoio à Família, as férias escolares Tok’A Mexer e as atividades AEC. -----

Quanto ao Desporto, Valongo continuará a afirmar-se como destino privilegiado para a prática de atividades desportivas e de lazer outdoor, pela dinamização dos equipamentos já existentes (Centro de BTT, Centro de Trail Running e Centro de Trilhos Equestres), e pelos circuitos de visitação, como é o caso da Escadaria da Cuca Macuca. -----

Acresce o investimento na reabilitação dos equipamentos desportivos e os programas de incentivo à prática desportiva. -----

Em 2024 reforça-se a aposta na promoção do Concelho, pela divulgação e afirmação das suas marcas identitárias, como as serras, o Parque das Serras do Porto, o património religioso e mineiro, a ardósia, o brinquedo tradicional, a regueifa e o biscoito, as bugiadas e as mouriscadas. -----

No que à Cultura diz respeito, terão continuidade os programas “Manifestum, a arte de dizer”, o MagicValongo, o Festival de Literatura InfantoJuvenil “Onomatopeia” e a Bienal de Ardósia. -----

No próximo ano prosseguirá o investimento na beneficiação dos arruamentos do Concelho e nas acessibilidades, promovendo a mobilidade suave e a eliminação de barreiras nos passeios. -----

Em 2024 seguirá, igualmente, a aposta em espaços lúdicos e de lazer, promovendo desta forma a qualidade de vida dos nossos munícipes. São disto exemplo o circuito pedonal ao longo do Rio Ferreira e a piscina ao ar livre na Quinta do Passal em Campo, bem como o Parque do Leça em Alfena. -----

Também ao nível da organização dos serviços se assistirá à continuação do processo de modernização administrativa designadamente a desmaterialização total dos processos e serviços. -----

Estamos perante um orçamento ambicioso, que traduz o que esta governação planeou e ambicionou para o Concelho de Valongo. -----

Um orçamento tecnicamente bem elaborado, cumprindo todas as regras legalmente impostas. -----

Este é um documento sério e reflexo de um planeamento estratégico coerente e estruturado, razões pelas quais o Grupo Municipal do partido Socialista votará favoravelmente. -----

A Membro do Grupo Municipal do PAN, **Elsa Sofia Dias Silva**, disse que o executivo continua a não ter uma política animal e ambiental forte. Os jovens valonguenses, através do Orçamento Participativo Jovem, têm mais ideias concretas para o bem-estar animal e ambiental. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O executivo continua preso ao grande investimento que é a nova Casa da Democracia Local, levando outras áreas de interesse com investimento reduzido, planeado no Orçamento. -----

O PAN mantém uma postura de responsabilidade na política nacional e local na esperança de serem encontradas soluções positivas para a melhoria das condições de vida das pessoas, do bem-estar animal e conservação da natureza. -----

A Membro do Grupo Municipal do CHEGA, **Maria do Carmo Gomes Ribeiro Lopes**, disse que, mais uma vez, o executivo liderado pelo PS não teve em conta as reais necessidades da população do Município, desde logo as necessidades efetivas das escolas até à carência no sector habitacional, o Orçamento peca pela falta de ousadia em resolver os problemas que afetam a população. -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse que de uma leitura transversal do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2024 encontraram motivos positivos e negativos. -----
Como positivo destaca-se o aumento das verbas destinadas ao Fundo de Emergência Social que, também, deriva do assumir pela Câmara as novas competências a que se juntam as verbas transferidas do Orçamento do Estado mas o facto de manter o Fundo de Emergência Social é positivo, pois as carências dos municípios são muitas e tendem a aumentar. -----

Depois existem inúmeras rúbricas com valores só para abertura, obras onde apesar dos valores orçamentados falta cabimento orçamental para fazer as obras que estão abertas em determinadas rúbricas. -----

Quanto aos aspetos negativos existem grandes obras desde a Casa da Democracia Local, passando pela Oficina do Brinquedo e até a compra de parcelas da serra não sendo esta assim tão negativa, pois traz alguma melhoria à comunidade, como as obras previstas no parque escolar ou habitação pública. -----

Não faltam exemplos de esquecimento no Orçamento desde o Parque da Resineira que continuará abandonado e a deteriorar-se, passando por muitas ruas onde os buracos são os melhores amigos das oficinas e inimigos dos cidadãos. As ruas intervencionadas apenas com lombas para diminuir a velocidade, mas que provoca danos e inquietações aos residentes. -----

O ano de 2024 não será igual a tantos outros, para além de iniciar metade do mandato autárquico, iniciado em 2021, o ano de 2024 é, principalmente, o tempo de 50 anos do 25 de Abril de 1974, que para as autarquias é uma data especial, não apenas pelo fim da ditadura fascista que causou muita miséria e sofrimento ao povo português, mas, também, a possibilidade que abriu para que as autarquias fossem eleitas pela população em vez de nomeadas pelo partido do regime salazarista. Por isso os autarcas têm a obrigação especial para com os homens e mulheres que lutaram pela liberdade e pela democracia, pelo 25 de Abril, sendo que no Orçamento não encontraram qualquer referência específica ao 25 de Abril de 1974, que o executivo pretenda levar a cabo. -----

Disse de seguida que o Orçamento prevê receita e despesa num montante de 114 milhões e 930 mil euros, sendo a medida mais salientada pelo executivo a redução dos impostos, que são fixados a nível local, a derrama, poderiam ter ido mais além na redução do IMI, as despesas de capital na ordem dos 54 milhões de euros, ou seja 40,38% do total das despesas previstas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A dívida municipal prevista para 2024 é de 4,78%, cerca de 5 milhões e meio de euros, o que indica uma boa saúde financeira da Câmara, por isso não entendem que o investimento, nomeadamente na habitação não vai mais além. -----

A principal preocupação do BE é a falta de reposta por parte do executivo à falta de habitação digna, passados 6 anos da aprovação da lei do Primeiro Direito é forçoso reconhecer o enorme atraso na concretização das soluções escolhidas, além disso o Primeiro Direito estabeleceu o aumento de 2% para 5% o parque habitacional público a nível nacional, o Município de Valongo, mesmo atrasado na concretização da Estratégia Local de Habitação mantém a meta aquém das percentagens inscritas no Primeiro Direito, não alterando a Estratégia Local de Habitação quando as condições de acesso à habitação são cada vez piores. -----

A Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Carla Cristina Queirós Ferreira Marques**, disse que relativamente ao Orçamento, o 10.º, o montante para 2024 atinge o valor de quase 115 milhões de euros, a questão torna-se aflitiva quando se verifica que 47,38% destina-se a cobrir despesas de capital, ou seja temos de pagar aquilo que nos emprestam. -----

No que diz respeito à obtenção de receita continua a predominar as transferências da Administração Central, as candidaturas a fundos comunitários aprovadas e empréstimos contraídos à banca e outro tipo de entidades financeiras, uma vez mais salientam a necessidade de diversificar as fontes de receita para que não se fique tão dependente do capital alheio. -----

A previsão do aumento da receita anda na ordem dos 26%, não deixando de referir que 10,44% dessa receita provém de um passivo financeiro de mais de 12 milhões de euros, ou seja, de empréstimos. -----

De acordo com o financiamento inscrito no Plano Plurianual de Investimentos na grandeza das funções gerais têm 10 milhões de euros que serão aplicados na continuação do projeto da Casa da Democracia Local, ninguém contesta a necessidade da construção de um Casa da Democracia Local, pois devem ter uma casa dos Paços do Concelho com dignidade, os munícipes, os trabalhadores todos têm o direito a um espaço digno e as atuais instalações não o conferem, o que constatam é o investimento megalómano em que o projeto se tornou hipotecando as gerações vindouras. -----

Uma obra que inicialmente iria custar 11 milhões de euros já tem 5 milhões de euros investidos e uma nova adjudicação de 14 milhões de euros, que irá custar, na melhor das hipóteses, 19 milhões de euros, acrescentando os terrenos, mobiliário, equipamentos, arranjos exteriores, tec., um poço sem fundo e com zero de fundos comunitários. -----

No que diz respeito às funções sociais gostariam de obter algumas informações, nomeadamente sobre projetos de intervenções no âmbito do contrato de programa de cheias e inundações gostaram de perceber se são intervenções previstas no que diz respeito a construções situadas em zonas de planícies aluvião, sobre encanamento das ribeiras e riachos, o projeto pedonal do rio Ferreira que é importante para a dinamização da região, a questão da poluição do rio a sua necessária despoluição e limpeza das margens, gostariam de saber o que tem sido feito no combate a invasões de insetos e odores fortes que se vise perto das margens do rio. -----

Relativamente às funções económicas gostariam de saber sobre o projeto da Variante à Nacional 15 o que poderá melhorar o caos instalado no trânsito, especificamente na freguesia de Valongo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

No que diz respeito às atividades mais relevantes falavam dos serviços de recolha de resíduos fundamentais, nas taxas que se pagam através da fatura da água se está previsto contabilizar aquilo que cada um recicla e de que forma se pode refletir em taxas diferentes para quem recicla mais. -----

Sobre o endividamento provocado pelo projeto da Casa da Democracia Local, um executivo do PSD provocaria usar esse dinheiro para baixar de modo mais significativo o IMI, possibilitar aos munícipes uma fatura da água mais baixa, investir na criação de novas estruturas de residências para idosos e creches, com parcerias com entidades capazes para o fazer, uma zona industrial municipal para atrair a fixação de empresas e assim ter maiores e fortes receitas, construção ou melhoramento de vias que facilitassem a circulação dentro do Concelho. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Hugo Jorge da Rocha Padilha**, disse que a Membro do Grupo Municipal do CHEGA falou em investimento nas escolas, lembrava que relativamente às escolas já houve investimento de milhões de euros com a retirada do amianto, intervenções nas escolas do primeiro ciclo, a Escola Secundária de Ermesinde, a Escola Vallis Longus, está a decorrer na Escola Secundária de Valongo, entre outros investimentos que estão planeados. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Ribeiro**, disse tratar-se do maior Orçamento da história do Município, quando foram eleitos em 2013 não tinham um cêntimo, não podiam fazer um cêntimo de dívida, o Orçamento tinha pouco mais de 30 milhões de euros. -----

Em 2013 a Câmara despachava tudo em papel, não havia um único processo desmaterializado, não havia um único processo digitalizado, a Educação era um parente menor, por cada 100 euros de receita corrente era 13 euros para pagar dívida, pagavam aos fornecedores a 160 dias, nos últimos anos mudou, não conseguiram resolver tudo, mas conseguiram atacar os maiores problemas. -----

Hoje têm uma Câmara que se modernizou, está totalmente desmaterializada já antes da pandemia, fizeram um investimento colossal nas escolas, 29 Salas de Aula do Futuro, um grande investimento na modernização, abriram a Loja do Cidadão, vários Espaços do Cidadão para aproximar as pessoas à Administração, fizeram o grosso da obra da Escola Secundária de Ermesinde falta o pavilhão que já tem verba garantida no PRR, a Escola Vallis Longus, está em obra a Escola Secundária de Valongo, vão avançar com os projetos e as especialidades para a Escola D. António Ferreira Gomes, a Escola São Lourença, a Escola de Alfena, a Escola de Campo, o Parque Escolar vai ficar novo. -----

Relativamente à habitação já entregaram casas a muitas famílias, têm a Estratégia Local de Habitação onde já têm três candidaturas aprovadas e cinco aguardam aprovação, resolveram ao fim de 20 anos o problema do Empreendimento de Mirante de Sonhos que, finalmente, as habitações vão ser terminadas e disponibilizadas às famílias que necessitam de habitação, já identificaram terrenos para construção de nova Habitação Social. -----

Disse de seguida que quanto ao Orçamento 47% são despesas de capital, mas as despesas de capital são investimento, 60% do PPI é de receitas de capital, ou seja, é financiado e não está preocupado com a questão de recurso à dívida. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Quando chegou à Câmara o serviço da dívida representava 13%, hoje o serviço da dívida representa 4,8%, uma diferença muito grande, deixará a Câmara sã do ponto de vista das contas, muito mais saudável do que a que encontrou quando foi eleito. -----

Quanto à Casa da Democracia Local ela é necessária, os arquivos municipais estão em três locais distintos, em caves e em garagens, nas piores condições, encontram-se a trabalhar mais de 100 funcionários fora das instalações. -----

Na Trofa, Câmara do PSD, fizeram um edifício novo, lá o PS votou a favor, sem a Praça envolvente, o metro quadrado na Trofa está acima dos 2.500 euros o metro quadrado, tendo custado milhões, em Valongo o preço por metro quadrado é de 1.900 euros com os custos acrescidos devido a terem rescendido com o construtor. ----

Sobre as cheias e inundações trata-se de um programa que o Governo criou, surgiram inundações e candidataram-se a esse programa, agora tiverem de meter esse dinheiro nas contas. -----

O circuito pedonal do rio Ferreira, já têm uma empresa, a obra ainda não avançou porque os proprietários não cederam os terrenos, a rua Rodrigues de Freitas e a Joaquim Ribeiro Teles, em Ermesinde, já têm empresa para fazer a obra estão a aguardar que as Águas de Valongo façam a primeira intervenção para começarem a obra. -

Quanto à questão dos odores e dos insetos não tem a ver com um problema do Concelho de Valongo, mas sim com a ETAR da Arreigada que quando o problema estiver resolvido a qualidade da água vai melhorar e reduzir o problema dos insetos e dos odores. -----

Relativamente à Variante à estrada Nacional 15 que liga o Alto da Serra aos Lagueirões já poderia estar feita se não fosse um grupo de cidadãos inspirado por um partido político para atrasar a obra que deveria estar pronta há 4 anos. -----

Sobre a questão dos Resíduos Sólidos Urbanos implementaram um sistema que acha ser justo, 50% da população já tem contentorização, trata-se de um processo difícil as pessoas têm dificuldade em mudar os comportamentos, mais tarde as pessoas vão perceber que têm de ajudar a reciclar para poupar o planeta. Começaram do zero, eram os mais atrasados hoje são os mais avançados na área da Lipor, começaram pelas moradias deixando para o fim a construção em altura que é mais complexa. -----

No ano passado tiveram uma poupança de mais de 140 mil euros ou seja 3,60 euros por domicílio, valor que devolveram a todos, os que separam e os que não separam, no próximo ano vão fazer o mesmo. -----

Quanto ao IMI, estão a baixar, em 2025 vai atingir o valor mínimo de sempre de 0,35, sem receitas não podem fazer coisas, é fácil baixar, mas depois vêm as consequências, como por exemplo o programa para seniores, onde estão inscritos cerca de 1200 seniores, é totalmente gratuito, pago pelo dinheiro dos impostos, o programa de férias escolares com um custo de cerca de 300 mil euros em que cada criança paga 27 euros por semana, pago pelos impostos. -----

A Educação é a área que mais investimento tem no Concelho, acabaram gradualmente com os CEI – Contrato Emprego Inserção, o que significou gastar mais dinheiro com salários. -----

Acabaram o PUSIEC, a Zona Industrial de Campo estava há 30 anos sem um instrumento de planeamento, aceitaram a saúde, pretendem fazer o novo Centro de Saúde na Gandra, Ermesinde, cederam o terreno em frente ao mercado para construção do novo Centro de Saúde. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Gostaria de fazer mais estradas novas, equipamentos desportivos, um multiusos, será mais tarde em função das disponibilidades e capacidades. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.2 - Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024, Mapa de Pessoal para 2024, sendo **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 18 votos a favor, sendo: 13 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal Nós Cidadãos e 4 votos dos Presidentes de Junta de Freguesia. -----

Contra: 7 votos contra, sendo: 6 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 1 voto do Grupo Municipal do CHEGA.

Abstenção: 5 abstenções, sendo: 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU, 1 abstenção do Grupo Municipal do BE e 1 abstenção do Grupo Municipal do PAN. -----

O Membro do Grupo Municipal Nós Cidadão, **João Carlos Santos Castro Paupério**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

Efetivamente é um Plano e Orçamento ambicioso, e eu estou convencido que o senhor Presidente vai cumprir e executar este Plano e Orçamento e só por isso e porque em devido tempo, eu fui convidado, aliás como todos os líderes dos outros partidos, a fazer proposta para ser incluídas neste plano e orçamento, nós fizemos as nossas propostas e elas foram incluídas, não vejo motivo nenhum para NÓS CIDADÃOS votar contra, por isso votamos a favor. No caso da não execução, cá estaremos no devido tempo, para fazer as nossas críticas. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Joana Catarina Martins Machado**, fez a seguinte **Declaração de Voto**:

O documento do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2024 apresentado pelo PS como o maior orçamento de sempre, com um montante global de 114 milhões, 930 mil euros, verificando-se um aumento de 20,97% em relação 2023, podemos dizer que se encontra na linha da maior árvore de Natal de Portugal ou da maior Bandeira de Portugal, mas como tal nestes itens ter o maior, não significa ser o melhor. -----

Se compararmos o Orçamento de 2023 com o apresentado hoje, poderemos constatar uma réplica do anterior, continuando a estar referido os grandes projetos que iriam ser iniciados em 2023, mas que foram adiados para 2024, levando-nos a questionar, como aliás temos vindo a fazer nos últimos anos e que sustenta a nossa posição de voto, se este executivo do PS será capaz de concretizar o plano que nos apresenta, por exemplo pegando na obra da Casa da Democracia Local, depois de ter rescendido o contrato com o empreiteiro, a Câmara Municipal efetuou um reforço de verbas, lançou um novo concurso e no início do mês do novembro adjudicou a obra ao único concorrente do concurso público, mas para já aparentemente parece que a obra continua parada. -----

Relativamente ao parque escolar, é-nos apresentado um investimento que ia ser concretizado, será muito importante para o sistema de ensino do concelho de Valongo, mas também nesta área terá a Câmara Municipal a capacidade de o fazer quando persiste em problemas de infiltrações nas escolas e persistem mesmo quando esses problemas são mais conhecidos, já sei que não consta do método, mas é por isso que somos de partidos diferentes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

É também referido no documento votado da operacionalização transporte público municipal, projeto importante, mas que não passa de cosmética contrastando com o facto de a rede de transportes públicos valonguense não ter qualquer tipo de reforço desde há vários anos, aliás destacamos a nova estratégia de mobilidade da AMP que em vez de chamar a STCP colocou numa empresa privada toda a responsabilidade e o resultado estão à vista. - Analisando o ponto de vista das receitas consideramos que o PS podia ir mais além, por exemplo da diminuição do IMI colocando pelo menos o seu valor do seu primeiro mandato quando não tinha maioria absoluta, pelos motivos acima expostos, mas dada a importância dos investimentos consagrados neste orçamento, abstermos.

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 2.3 - Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), referentes a 2024, a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos – Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 18 votos a favor, sendo: 13 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal Nós Cidadãos e 4 votos dos Presidentes de Junta de Freguesia. -----

Contra: 8 votos contra, sendo: 6 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 1 voto do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 voto do Grupo Municipal do CHEGA. -----

Abstenção: 3 abstenções, sendo: 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU, 1 abstenção do Grupo Municipal do BE e 1 abstenção do Grupo Municipal do PAN. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Joana Catarina Martins Machado**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: Na sequência da opção de voto da última Assembleia Municipal, realizada em 28 de setembro, a nossa opção pela abstenção prende-se pelo facto de considerarmos que o executivo camarário poderia ter ido mais além do que foi. -----

Não podemos deixar de destacar, consideramos positivo o caminho da diminuição da taxa de IMI e que reconhecemos que as alterações agora vindas as votações beneficiam a um conjunto de famílias, mas é que a verdade essa diminuição continuará a ser muito menor com o aumento realizado em 2018 pelo mesmo PS, a taxa proposta diminui o IMI para 0,36 mas esse valor continuará a ser superior àquele com que o PS iniciou o seu mandato, sendo que na altura prometia uma baixa desta taxa, portanto as alterações que vieram agora votar por força de mudanças legislativas teriam ainda mais significado para as famílias em particular em anos especial duros para muitos dos valonguenses se a diminuição do IMI fosse maior. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rui Alexandre Sévola Abreu**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: O nosso país tem atualmente uma carga fiscal excessiva por via do aumento dos impostos indiretos que está a asfixiar as famílias portuguesas, sendo a classe média a mais prejudicada, esta situação tem um impacto direto no rendimento disponível das famílias no seu poder de compra, seguindo uma lógica e um raciocínio similares em reuniões anteriores, entende o PSD que o executivo deveria baixar a taxa de IMI para os 0,30. -----

Em relação às reduções o PSD concorda que sejam aumentadas com efeito à priori é de concordar que tudo que significa permitir que o contribuinte municipal concerne no bolso um pouco mais do seu rendimento, não podemos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

votar favoravelmente o ponto de ordem dos trabalhos por considerarmos que o município poderia ter ido mais além na redução do IMI o que proporcionaria um maior alívio fiscal para as famílias. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 2.4 - Proposta de alteração aos Estatutos da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto – STCP, EIM, S.A., não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por maioria** com 25 votos a favor, 1 voto contra do Grupo Municipal da CDU, 1 abstenção do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal do BE e 1 abstenção do Grupo Municipal do CHEGA. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.5 - Programa Cidades Amigas das Crianças da UNICEF - Aprovação da Estratégia Local para os Direitos da Criança 2024-2027 e do Plano Anual de Ação Local 2024, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto 2.6 - Abertura de procedimento concursal para provimento de Cargo dirigente intermédio de 1.º grau e submissão à aprovação da Assembleia Municipal a constituição do Júri do procedimento, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por maioria** com 19 votos a favor, 6 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 1 abstenção do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU, 1 abstenção do Grupo Municipal do BE e 1 abstenção do Grupo Municipal do CHEGA. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 2.7 - Abertura de procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes intermédio de 2.º e 3.º grau e submissão à aprovação da Assembleia Municipal a constituição do Júri do procedimento, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por maioria** com 20 votos a favor, 6 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 1 abstenção do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU e 1 abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

De seguida colocou à apreciação o ponto 3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, não se tendo verificado intervenções. -----

Seguidamente iniciou o Período Pós-Ordem do Dia, colocando à discussão a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU. -----

Moção – Pelo cessar-fogo em Gaza, solidariedade com o povo da Palestina -----

A situação na Palestina agravou-se de forma brutal desde o dia 7 de outubro de 2023, com a resposta ilegal, desproporcionada e criminosa, sobre populações civis, por parte do governo de Israel, depois do ataque do Hamas. -----

Desde então, Israel, uma potência ocupante e colonial, que impõe um sistema Apartheid nos territórios que controla e que entre janeiro e 7 de outubro 2023 tinha assassinado 236 palestinianos, iniciou uma campanha de genocídio em Gaza, que fez perto de 20.000 mortes civis, em que cerca de metade são crianças, ficando por saber quantos estarão por baixo dos escombros. Foram atacadas instalações da ONU, entre hospitais, escolas e ambulâncias, que resultaram no assassinato de mais de 100 trabalhadores humanitários. Igualmente, foram assassinados cerca de 70 jornalistas. De acordo com ONU, para garantir a subsistência mínima das populações, é necessário que entrem em Gaza, diariamente, cerca de 100 camiões com ajuda humanitária, que não está a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

acontecer, numa lógica de punição coletiva. Gaza funciona como uma prisão a céu aberto, sujeita a um cerco que se iniciou em 2007, controlado por Israel. -----

O corte liberado de abastecimentos de água e eletricidade nos territórios palestinianos colapsaram os poucos hospitais que ainda resistem em Gaza, constituindo crimes de guerra e contra a humanidade, tendo em vista a aniquilação do povo palestiniano, conforme tem sido afirmado por vários membros do governo israelita, caracterizando-o como animais humanos. Simultaneamente, Israel iniciou um processo de distribuição de armas aos colonos nos territórios ocupados na Cisjordânia, resultando no assassinato de cerca de 300 palestinianos, tendo anunciado criação de 2.000 novos colonatos. O projeto colonialista de Israel tem nas suas prisões cerca de 2.000 menores sem acusação formada, crianças presas por atirarem pedras aos tanques dos colonizadores, cimenta os poços de água propriedade dos palestinianos, incendeia oliveiras, ocupa casas. Como disse o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, os ataques de dia 7 de outubro não aconteceram no vácuo. -----

Perante este cenário, a assembleia municipal de Valongo, reunida a 19 de dezembro de 2023, delibera: -----

- Apelar à libertação dos presos políticos palestinianas em Israel e dos reféns israelitas; -----
- Apelar ao cumprimento dos pressupostos da Resolução da Assembleia Geral Extraordinária de Emergência das Nações Unidas, reunida a 12 de dezembro de 2023; -----
- Manifestar o seu pesar pelas vítimas da atual escala violência na Palestina e em Israel, assim como pelas dezenas de milhares vítimas palestinianas, sírias, libanesas, egípcias, jordanas e israelitas, em resultado 75 anos de renegação dos direitos do povo palestiniano e de violações do direito internacional por parte de Israel; -----
- Afirmar a necessidade de uma solução política que garanta a concretização do direito do povo palestiniano a um Estado soberano e independente, com as fronteiras de 1967 e capital em Jerusalém Oriental, e a efetivação do direito ao retorno dos refugiados, conforme as resoluções pertinentes da ONU. -----

Aprovada esta Moção, de verá ser enviada à Assembleia da República, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e à Embaixada de Israel. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre**, disse que em reação à Moção o Grupo Municipal do PS está disposto a votar favoravelmente desde que seja clara a condenação da atuação do Hamas, seja reconhecido o direito ao estabelecimento dos Estados. -----

O Membro do Grupo Municipal Nós Cidadãos, **João Carlos Santos Castro Paupério**, disse que estarão sempre disponíveis pelo cessar-fogo seja em Gaza ou qualquer parte do planeta, infelizmente a CDU não teve o mesmo comportamento na condenação da invasão da Rússia à Ucrânia, não continuam a compactuar com situações em que vamos parar o fogo de um lado e do outro deixam andar. -----

Não concordam com a forma como está elaborada a Moção em que se fala do assassinato de várias pessoas sem frisar os primeiros assassinatos e a forma cruel por parte do Hamas. -----

Por outro lado, baseia-se nas palavras do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, que afirmou que os ataques não aconteceram no vácuo, mas três dias depois veio retratar-se que não era bem aquilo que queria dizer, o Grupo Municipal Nós Cidadãos não irá votar favoravelmente a Moção. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rogério Henrique Palhau**, disse que relativamente à Moção gostaria de acrescentar dois pontos importantes além dos dois mencionados pelo Grupo Municipal do PS, a questão de que Israel impõe o sistema apartheid, o PSD não o afirma dessa forma tão simples e sem discussão, o último paragrafo afirma a necessidade de uma solução política que garanta o direito aos palestinianos, concordam, com as fronteiras de 1967. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre**, disse que o Grupo Municipal do PS concorda com as questões do Grupo Municipal do PPD/PSD. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Joana Catarina Martins Machado**, disse que quanto às sugestões de alteração da condenação clara do ataque do Hamas e o reconhecimento dos dois Estados concordam, com o restante não. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, Abílio José Vilas Boas Ribeiro, colocou à votação a **Moção – Pelo cessar-fogo em Gaza, solidariedade com o povo da Palestina**, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, sendo **reprovada por maioria** com 26 votos contra e 2 votos a favor do Grupo Municipal da CDU e do Grupo Municipal do BE e 1 abstenção do PAN. -----

De seguida colocou á discussão a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE. -----

Moção – Solidariedade com os trabalhadores do Jornal de Notícias (JN) -----

Fundado na cidade do Porto em 1888, o Jornal de Notícias – JN - é único jornal diário publicado no Porto e a dar notícias, como nenhum outro, sobre o que acontece em muitas localidades da região norte do país. -----

Nos dias 6 e 7 de dezembro, pela primeira vez em 135 anos de existência, o JN não foi publicado. Os jornalistas e outros trabalhadores fizeram greve contra o despedimento de quase metade do pessoal anunciado pelo grupo económico Global Media, atual dono do JN e doutros órgãos da comunicação social como o Diário de Notícias ou O Jogo e a rádio TSF. -----

A luta dos jornalistas e trabalhadores do JN é pelos seus salários e direitos laborais, mas também pela manutenção do JN como jornal mais lido na região norte e noutros territórios do país. A grande tiragem do JN resulta da qualidade e empenhamento dos seus profissionais a par da grande proximidade com os seus leitores. Pelas páginas do JN passaram factos relevantes ocorridos na cidade do Porto, como 31 de janeiro 1891 ou a greve dos tecelões de 1903, mas também os acontecimentos tão marcantes para o país como a implantação de República em 1910 ou o 25 de abril 1974, data a partir da qual o JN passou a ser um dos jornais de maior expansão no país. -----

“Sem jornalistas não há democracia” alertam muito acertadamente os trabalhadores do JN. Pela sua importância como único órgão de imprensa com sede no Porto, o JN tem de continuar a dar-nos notícias todos os dias. “Somos todos JN”. -----

A Assembleia Municipal de Valongo reunida em sessão ordinária em 19 de dezembro de 2023, delibera: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

- Expressar solidariedade com os jornalistas e trabalhadores do JN e reclamar dos órgãos de poder a adoção e medidas contra os anunciados despedimentos e que assegurem a continuidade da sua redação e edição a partir do Porto. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rogério Henrique Palhau**, disse que se iria pronunciar relativamente às duas Moções apresentadas pelo Grupo Municipal do BE. -----

Não votarão a favor a Moção dos 75 Anos da Declaração dos Direitos Humanos, a outra votarão a favor se o BE estiver disponível a fazer uma alteração. -----

No conteúdo da Moção que fique claro expressar a solidariedade aos trabalhadores do Jornal de Notícias, como é normal, a questão é que os órgãos que legalmente estão obrigados a controlar o despedimento coletivo façam o controlo máximo que a lei exige, quanto ao resto, se os pressupostos despedimentos coletivos se efetivarem, se ocorrerem, os órgãos nomeadamente o Ministério do Trabalho é tudo controlado se viola ou não viola a lei. –

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse que quando se fala nos órgãos do poder se estão a referir ao Ministério do Trabalho ou à DGERT que tem competência para fiscalizar, não colocam o Governo. -----

Dizem que se tomem medidas contra os anunciados despedimentos, por informações que têm os despedimentos é para atingir um determinado número de trabalhadores que não interessa na linha editorial. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação a **Moção – Solidariedade com os trabalhadores do Jornal de Notícias (JN)**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, sendo **aprovada por maioria** com 21 votos a favor e 8 votos contra do Grupo Municipal do PPD/PSD, Grupo Municipal do CDS/PP e Grupo Municipal do CHEGA. -----

De seguida colocou à discussão a seguinte Moção apresenta pelo Grupo Municipal do BE. -----

Moção – 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos -----

Foi no dia 10 de dezembro de 1948 que foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Elaborada a partir de 1946, na sequência da devastação brutal da 2.ª guerra mundial desencadeada pelo nazi-fascismo, a DUDH é constituída por 30 artigos que exprimem os direitos fundamentais para uma sociedade democrática: -----

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos ...” é o conteúdo do artigo 1.º. O artigo 5.º proclama que “Ninguém será submetido a tortura nem a punição ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes”. O artigo 9.º declara que “Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado”. No artigo 14.º é estipulado que “Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países”. Todo o individuo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, dispõe o artigo 19.º. O direito ao trabalho e a uma remuneração equitativa e satisfatória que permite uma existência conforme a dignidade humana, o direito sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual, bem como o direito a se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses, estão previstos no artigo 23.º. “Toda a pessoa tem direito à educação”, que deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental, prescreve o artigo 26.º.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O aumento da fome e da pobreza, as desigualdades sociais e o discurso de ódio da extrema-direita afrontam os direitos económicos e sociais de centenas de milhões de pessoas. Para além dos riscos que afetam a humanidade como as alterações climáticas, a perda da biodiversidade e a poluição causada por um modelo económico baseado na utilização de combustíveis fósseis, as Nações Unidas têm destacado que o racismo e a discriminação, a violência sobre as mulheres, o tráfico de pessoas, o trabalho infantil, o casamento forçado, as terríveis atrocidades cometidas nas guerras em curso, a crueldade de tantos governantes perante o sofrimento dos que tentam atravessar o Mediterrâneo para escaparem às perseguições e à miséria nos seus países ou a falta de habitação adequada, segura e a preço acessível para milhões de pessoas são algumas das situações intoleráveis que refletem a violação da Declaração Universal dos Direitos Humanos por parte de inúmeros países. -----

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária em 19 de dezembro de 2023, delibera: -----

- Saudar o 75.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e incitar todos os órgãos de governo nacional e local a assumirem o compromisso de integral respeito dos Direitos Humanos, sejam civis, culturais, económicos, políticos ou sociais. -----

Não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, disse dado haver dúvidas quanto às saudações serem votadas colocou à consideração do proponente, Grupo Municipal da CDU, alterar as apresentadas, **Saudação – À luta dos trabalhadores do Jornal de Notícias, TSF e O Jogo**, e **Saudação – Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres**, para **Moção** o que foi aceite pelo proponente e Assembleia Municipal. -----

De seguida colocou à discussão a Moção do Grupo Municipal da CDU: -----

Moção – À luta dos trabalhadores do Jornal de Notícias, TSF e O Jogo -----

No quadro da constituição da República Portuguesa, é garantido o pluralismo de expressão (artigo 2.º), bem como no previsto nos artigos 37.º (liberdade de imprensa e informação) e 38.º (liberdade de imprensa e meios de comunicação social). -----

A existência de um jornalismo independente do poder político e dos interesses económicos é uma garantia essencial da nossa Democracia, sendo de valorizar as realidades locais e regionais é também condição necessária para existência de uma sociedade mais plural. -----

O Jornal de Notícias, fundado em junho de 1888, enquanto órgão de comunicação social não sediado na capital, fora do centro de poder, é património de todos nós, e a última voz do Distrito, da Área Metropolitana e do norte do país, depois dos encerramentos d'O Comércio do Porto e do Primeiro de Janeiro. -----

A luta dos jornalistas, serviço do JN e a sua greve de dois dias em defesa dos seus postos de trabalho e do futuro do "Jornal de Notícias" na sequência da denúncia de que a administração Globo Media Group tenciona desencadear um despedimento coletivo de trabalhadores ao serviço JN, TSF e de O Jogo, é defesa deste património único e insubstituível. -----

Expressando toda a solidariedade à luta em curso no JN, importa salientar a importância da missão dos seus profissionais e do jornal, em particular no concelho de Valongo, na região e no país, na auscultação dos anseios das populações locais e na difusão de informação indispensável à plena cidadania, papel este que redobra a justeza do combate pela preservação dos postos de trabalho e do JN. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A luta dos trabalhadores do JN é assim, também, a luta pela defesa da nossa Democracia. -----

A Assembleia Municipal de Valongo reunida em Sessão Ordinária a 19 de dezembro de 2023, saúda a luta dos trabalhadores do Jornal de Notícias, TSF e d'O Jogo, devendo a Saudação ser enviada ao sindicato dos Jornalistas ao Concelho de redação dos diferentes órgãos e respetivas Comissões Sindicais. -----

Não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**. -----

Seguidamente colocou à discussão a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU. -----

Moção – Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres -----

Celebrou-se, no passado dia 25 de novembro, o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, instituído pela ONU em 1999. -----

As mulheres continuam a ser as principais vítimas de discriminação, assédio laboral e sexual, violência física, sexual e assassinatos em contexto de violência doméstica e outros. Durante o ano 2022, de acordo com o Portal da Violência Doméstica, foram assassinas 24 mulheres. Até setembro de 2023, contam-se 14 vítimas. -----

A situação de maior vulnerabilidade das mulheres em contexto de violência está também relacionada com o incumprimento dos direitos laborais e com a agravada desigualdade salarial, sendo que as mulheres ganham em média menos 13,1% que os homens, de acordo com os mais recentes dados divulgados pelo Barómetro das Diferenças Remuneratórias entre Mulheres e Homens. É incontornável sublinhar que o agravamento das desigualdades, o aumento do custo de vida e as condições de vida e trabalho indignas são os fatores que impulsionam os contextos de violência impossibilitam a saída dos mesmos. -----

No que concerne à proteção das vítimas de violência doméstica, é imperativo o reforço do investimento público e o cumprimento da legislação. De igual modo, é imperativa a criação de programas de saída para mulheres prostituídas e é também determinante - para uma plena igualdade de direitos – a exigência de políticas que permitam condições de vida e de trabalho dignas. Estas são condições essenciais para uma efetiva prevenção de situações de violência, para a saída de contextos violentos e para o exercício do direito a viver com liberdade, segurança, integridade e dignidade, tal como está constitucionalmente previsto. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida a 19 de dezembro de 2023, saúda todas as mulheres, manifesta solidariedade com as vítimas de qualquer forma de violência e assume o compromisso de concentrar esforços para a irradicação da mesma. -----

Não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, Abílio José Vilas Boas Ribeiro, colocou à votação a aprovação as minutas dos pontos 1, 3, 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6 e 2.7, sendo aprovado por **unanimidade**, dando de seguida por encerrada a reunião. -----

O Presidente: _____

A 1.ª Secretária: _____

O 2.º Secretário: _____